

POLÍTICA



Sarney, Leônidas: nos elogios, um recado.

Em Piquete,
onde inaugurou ontem uma
nova fábrica da
Imbel, o presidente
Sarney (foto) reservou seus mais
calorosos elogios para
o ministro do Exército.
Um aviso aos radicais?

Entre os elogios que desfiou ontem às Forças Armadas, em seu discurso durante a solenidade de inauguração de mais uma fábrica da Imbel — Indústria de Material Bélico, em Piquete, o presidente Sarney reservou os mais calorosos ao ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves. "O Exército é hoje um dos firmes suportes da nossa transição para a democracia", disse, em tom enérgico. Mais que um elogio, porém, a manifestação de Sarney foi imediatamente interpretada como um recado direto aos que criticaram as recentes denúncias de Leônidas contra os grupos radicais de esquerda que, segundo ele, gostariam de impor sua ideologia à nova Constituição.

Ao lado de Sarney, durante o tempo todo, Leônidas parecia satisfeito, mas preferiu não fazer comentários sobre suas declarações. "Estou em recado da palavra", advertia ele a todos os repórteres que se aproximavam. "Esta foi uma decisão que tomei e quero que ela seja respeitada." Mesmo assim, a festividade de Piquete foi dominada pelos generais. Entre as faixas de saudação que enalteciam Sarney, o governador Orestes Quércia e o próprio PMDB, sobressaía outra que, em letras garrafais, saudava particularmente o general Leônidas, como se fosse candidato à sucessão presidencial.

Ilhado entre generais e protegido por um forte esquema de segurança, Sarney chegou a Piquete às 9 horas da manhã, e logo dirigiu-se ao palanque armado na fábrica da Imbel. Levou um discurso no bolso do terno azul de tropical inglês, mas não resistiu a incluir alguns improvisos. E falou logo no trabalho de modernização do Exército e seu aprimoramento profissional: "Nisso, temos contado com a cooperação e abnegação do ministro Leônidas, que tem colocado o Exército à altura dos grandes desafios do Brasil de hoje".

Programa

Depois da inauguração da nova unidade de fabricação de nitrocelulose (matéria-prima para produção de pólvora e propelentes, elementos usados para impulsionar foguetes), Sarney e Quércia dirigiram-se para a sede da prefeitura de Piquete. Ali, em outro discurso — desta vez totalmente de improviso —, o presidente relatou a história da cidade, onde a fábrica foi instalada no início do século e, desde então, já recebeu quatro presidentes da República. "Mas nessa seqüência de visitas históricas a Piquete, posso dizer que nenhum deles pode ter tido mais vontade de acertar, mais amor ao Brasil, do que eu tenho tido."

Mas Sarney não quis que sua visita a Piquete se esgotasse na inauguração da no-

va fábrica. E arrancou aplausos de mulheres e crianças ao anunciar que enviara ontem mesmo uma mensagem ao Congresso diminuindo para 25 anos o prazo de aposentadoria dos funcionários civis que trabalham na fabricação de explosivos.

Não ficou nisso. Ao verificar que as instalações elétricas da fábrica não eram subterrâneas, chamou de lado o presidente da Imbel, José Gelásio da Rocha, e pediu a ele um orçamento que garantisse maior segurança aos trabalhadores.

E o presidente repetiu o slogan de seu governo mais tarde, ao lado do governador Quércia, com quem assinou um convênio de municipalização do atendimento médico à população local. Além disso, ambos inauguraram uma estrada vicinal, um acesso rodoviário assinaram um contrato de financiamento de 155 moradias pertencentes à Imbel, para que as pessoas que já residem nas casas possam comprá-las.

Antes de retornar a Brasília, Sarney foi entrevistado no aeroporto, e destacou a política de estabilização econômica do governo. "O reajuste salarial não pode acompanhar a inflação, porque cada vez que a inflação sobe, o trabalhador sofre uma perda que não é reparada, seja qual for a adaptação salarial", ponderou. "O que interessa é acabar com a inflação."

DESTAQUE POLÍTICO

"Se o governo vier com o presidencialismo puro, não vai passar."
Deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização da Constituinte.

O deputado José Dutra (PMDB-AM) apresentou ontem, no plenário da Constituinte, dois documentos que, segundo ele, comprovam as denúncias do jornal *O Estado de S. Paulo* de que organismos da Igreja católica estão efetivamente atuando na Amazônia com o objetivo de desestabilizar as populações indígenas entre si e em relação ao País. Os documentos são duas cartas enviadas pela Coordenadoria Ecológica de Serviço — Cese, de Salvador, a Manoel Fernandes Moura, "que se diz assessor da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, em Manaus".

Segundo o deputado, em uma das cartas, datada de 10 de julho deste ano, "assinada por Omar da Rocha Júnior, na condição de assessor da Cese, essa entidade comunica que aprovou o miniprojeto de emergência enviado em nome da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, num total de Cz\$ 126.336,00, além de assinalar que a ajuda se destinava à consolidação dessa federação na sua ação de... conscientização dos índios quanto aos males da Calha Norte e das mineradoras' brasileiras".

"Agindo, portanto — prosseguiu —, rigorosamente de acordo com as denúncias formuladas pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, a Cese, ainda nessa mesma carta, enfatiza que encaminhou, através do Cimi, a importância prometida."

Na segunda carta, de 23 de julho deste ano, a Cese, ainda conforme o deputado José Dutra, dá notícia do envio dos Cz\$ 126.336,00 por meio do Bradesco S.A. e através do Conselho Indigenista Missionário Norte-I. "Além de sublinhar, de igual modo, a necessidade do relatório de atividades e a devida prestação de contas, sem esquecer, entretanto, que 'no envio da prestação de contas à Cese, faça um breve histórico dos pagamentos e evite anexar comprovantes' (recibos, notas fiscais, etc.)". "Não bastasse isso — acrescentou o deputado — para demonstrar e provar a sua ação sorrateira, feita em conjunto com o Cimi, a Cese assevera ainda que os comprovantes de pagamento 'devem continuar sendo parte do seu arquivo e registro na sua contabilidade à disposição dos órgãos diretivos da entidade ou das instituições financiadoras do trabalho, quando convier'."

"O Cimi, agora, de maneira provada, com recibo e tudo — concluiu o deputado — procura utilizar os índios do meu Estado como instrumento para lançá-los contra um projeto da mais absoluta importância para a Amazônia e para o nosso país, como é o projeto Calha Norte."

Por sua vez, a deputada Raquel Cândido (PFL-RO) acusou "conhecidos testas-de-ferro de grupos econômicos multinacionais" que, em "manobra esperta mas não necessariamente inteligente", conseguiram "confundir *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*". Ela também fez acusações ao Ibraim — Instituto Brasileiro de Mineração. Para a deputada, o Cimi foi usado como bode expiatório. Mas ela admitiu que "ainda não é possível" acusar *O Estado* de "cumplicidade".

O presidente da OAB, Márcio Thomaz Bastos, contratado pela CNBB para defender a entidade e o Cimi das acusações de *O Estado*, disse em Porto Nacional, Norte de Goiás, que já examinou os documentos divulgados pelo jornal e sua primeira impressão é de que "não têm a validade e a força que foi dada na matéria". Bastos acentuou, inclusive, que chega a "duvidar da autenticidade de alguns", destacando a ata da reunião do Cimi e a carta que teria sido escrita pelo secretário do Cimi, Antônio Brandt. Hoje, Márcio Thomaz Bastos e o advogado Sérgio Bemudez, que também atuará no caso, se reunirão em Brasília com a CNBB para decidir se exigem direito de resposta com base na Lei de Imprensa e se pedem apuração policial da falsidade dos documentos.

Índios:
essas cartas
confirmam
as
denúncias.

SUCESSÃO: COVAS NA FRENTE.

Na última semana, vários jornais do País divulgaram resultados parciais de uma recente pesquisa do Ibope para avaliar o potencial dos possíveis candidatos à Presidência da República. Como não foram apresentados integralmente, os resultados deram margem a diversas interpretações, uma delas da Secretaria de Imprensa do Planalto em que o ex-governador Leonel Brizola aparece como o candidato com maior potencial de votos, quando na realidade a preferência dos eleitores recaiu sobre Mário Covas, com 50% dos votos.

Na pesquisa, de iniciativa própria do Ibope, fugindo ao esquema tradicional da indagação: "Se houvesse eleição hoje em quem você votaria?", os entrevistados responderam às seguintes perguntas: votaria no candidato com toda a certeza; poderia votar nele, mas não tinha certeza; provavel-

mente votaria nele; com certeza não votaria nele; e não conhecia o candidato o suficiente para saber se votaria nele ou não.

Numa análise mais profunda das respostas, entre os políticos de projeção nacional o senador Mário Covas obteve 50% dos votos certos e prováveis entre os que o conhecem o suficiente para opinar. Nessa leitura, o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, aparece em segundo lugar (49% dos votos); o ex-governador Franco

Montoro em terceiro (48%); Leonel Brizola em quarto (47%) e o empresário Antônio Ermírio de Moraes em quinto (42%).

A interpretação do Planalto não levou em consideração o desconhecimento dos entrevistados quanto aos vários candidatos e se fixou num gráfico no qual os mais conhecidos foram favorecidos. Assim, de fato Leonel Brizola aparece em primeiro lugar com 39% dos votos e, em segundo, o ministro Aureliano Chaves (38%).

Um especialista no assunto esclareceu que em pesquisas realizadas fora do período eleitoral é importante considerar as possibilidades de voto "apenas entre aqueles que conhecem os políticos o suficiente para poder opinar sobre eles, pois, numa situação de eleição, ao final da campanha, pressupõe-se que todos os políticos sejam semelhante-mente conhecidos do eleitor".

A PESQUISA

	Com certeza votaria ou poderia votar	Com certeza não votaria
Mário Covas	50%	39%
Aureliano Chaves	49%	41%
Franco Montoro	48%	42%
Leonel Brizola	47%	46%
Antônio Ermírio	42%	49%
Ulysses Guimarães	41%	49%
Lula	39%	50%
Marco Maciel	36%	52%
Paulo Maluf	19%	73%